



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 8º PERÍODO - DATA: 30/09/2019

Avise a um amigo ou conhecido ▶ ▶ ▶ ▶ ▶



GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D
31	A	B	C	D
32	A	B	C	D
33	A	B	C	D
34	A	B	C	D
35	A	B	C	D

Todo mundo erra, mas erra menos aquele que se preparou a estudar

Disciplina: Direito Civil – Das Coisas II
Prof^a. Patrícia Cardoso Medeiros

Questão 01

No que diz respeito ao condomínio e aos direitos e deveres dos condôminos, assinale a opção correta:

- a. Se um dos consortes contrair dívida em proveito da comunhão, ele não responderá pessoalmente pelo compromisso assumido, devendo todos os condôminos responder pela dívida contraída em benefício de todos.
- b. É direito dos condôminos requerer a divisão da coisa comum, porém é possível instituir-se a indivisibilidade convencional por prazo não superior a cinco anos, suscetível de prorrogação ulterior.
- c. No condomínio edilício, resolvendo o condômino alugar a sua unidade ou a sua garagem, ele deverá dar preferência, em condições iguais, aos demais consortes.
- d. No condomínio edilício, o pagamento das despesas relativas às partes comuns do edifício, ainda que de uso exclusivo de um condômino ou de alguns deles, deve ser rateado entre todos os consortes

Questão 02

No condomínio edilício, são direitos dos condôminos, **EXCETO**

- a. em dar a sua unidade destinação diversa da estipulada.
- b. fruir livremente das suas unidades.
- c. usar as partes comuns, conforme sua destinação, desde que não exclua a utilização dos demais possuidores.
- d. participar das assembleias e votar nas deliberações, desde que estejam quites com as contribuições para as despesas.

Questão 03

Sobre condomínio em edifícios, assinale a alternativa *incorreta*:

- a. As partes suscetíveis de utilização independente podem ser gravadas livremente por seus proprietários.
- b. Os abrigos para veículos não poderão ser alienados ou alugados a pessoas estranhas ao condomínio, salvo autorização expressa na convenção de condomínio.
- c. O condomínio edilício pode ser instituído por ato inter vivos, sendo vedada sua instituição por testamento.
- d. É sempre obrigatório o seguro de toda a edificação contra o risco de incêndio ou destruição, total ou parcial.

Questão 04

Acerca do direito de construir, nos termos do Código Civil, é incorreto afirmar:

- a. O proprietário pode levantar em seu terreno as construções que lhe aprouver, salvo o direito dos vizinhos e os regulamentos administrativos.
- b. O proprietário construirá de maneira que o seu prédio não despeje águas, diretamente, sobre o prédio vizinho.
- c. É permitido abrir janelas, ou fazer eirado, terraço ou varanda, a menos de metro e meio do terreno vizinho se uma das partes assim desejar.
- d. O proprietário prejudicado poderá exigir que seja subterrânea a canalização que atravessa áreas edificadas, pátios, hortas, jardins ou quintais.

Questão 05

A moradia é um direito fundamental social. As regras relativas aos direitos de vizinhança estão previstas no Código Civil de 2002. Com relação ao assunto, identifique como verdadeiros (V) ou falsos (F) as seguintes afirmativas:

- () O proprietário ou o possuidor tem direito a exigir do dono do prédio vizinho a demolição, ou a reparação deste, quando ameace ruína, bem como que lhe preste caução pelo dano iminente.
- () A árvore, cujo tronco estiver na linha divisória entre dois imóveis confinantes, presume-se pertencer ao proprietário do terreno onde as raízes da árvore estiverem fincadas.
- () Os frutos caídos de árvore do terreno vizinho pertencem ao dono do solo onde caíram, se este for de propriedade particular.
- () A construção de tapumes especiais para impedir a passagem de animais de pequeno porte deve ter suas despesas repartidas proporcionalmente entre os proprietários dos prédios confinantes.

- A) V – F – F – V.
- B) F – F – V – F.
- C) F – V – F – V.
- D) V – F – V – F.

Questão 06

Assinale a alternativa incorreta.

- a) O dono ou o possuidor do prédio inferior é obrigado a receber as águas que correm naturalmente do superior
- b) O dono ou o possuidor do prédio inferior que recebe as águas que correm do naturalmente do superior poderá realizar obras que embarcem o seu fluxo para aproveitamento particular da água.
- c) São proibidas construções capazes de poluir ou inutilizar, para uso ordinário, a água do poço.
- d) A condição anterior de prédio inferior não pode ser agravada por obras realizadas pelo possuidor do prédio superior. (sua resposta)

Disciplina: Direito Processual Tributário

Profª: Laurinéia Borges

Questão 07

A indústria R S.A., que havia declarado regularmente, mas não havia pago ICMS no valor de R\$ 100.000, ciente de iminente fiscalização, já que havia recebido a visita de auditor fiscal, que, no entanto, não lavrou termo algum, decidiu fazer denúncia espontânea de sua inadimplência, tendo feito acompanhá-la de pedido de parcelamento no qual incluiu o principal e os juros de mora, com o objetivo de ser eximida da multa de mora e de outras penalidades.

Nessa situação hipotética,

- a) a visita do auditor fiscal constitui início de ação fiscal, o que exclui a denúncia espontânea.
- b) a eventual homologação da denúncia espontânea pela autoridade não surtiria efeitos sobre a multa de mora, que permaneceria devida.
- c) para obter os efeitos da denúncia espontânea, o contribuinte deveria anexar a seu requerimento o comprovante do pagamento da primeira parcela do parcelamento, não sendo o mero pedido de parcelamento meio idôneo a dar suporte aos efeitos da denúncia espontânea.
- d) não é cabível denúncia espontânea, pois trata-se de tributo por homologação com declaração regular e pagamento a destempo.

Questão 08

A Fazenda Nacional lavrou um auto de infração em face de Caio, visando à cobrança de Imposto sobre Renda Pessoa Física – IRPF. Caio apresentou impugnação ao auto de infração, ainda não julgado. Sobre a hipótese descrita, assinale a afirmativa correta.

- a) O crédito está com a exigibilidade ativa e a Fazenda deverá ajuizar execução fiscal para evitar a decadência do direito de lançar.
- b) O crédito está com a exigibilidade ativa e a Fazenda deverá ajuizar execução fiscal para evitar a prescrição do crédito tributário.
- c) O crédito está com a exigibilidade suspensa e, portanto, a Fazenda não pode ajuizar execução fiscal até o final do processo administrativo.
- d) A impugnação do auto de infração extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação.

Questão 09

Um contribuinte infrator de dispositivo da legislação tributária, querendo sanear a irregularidade cometida, pretende promover a denúncia espontânea. Como essa infração resultou em sonegação do tributo, esse contribuinte infrator, para evitar a imposição de sanções fiscais sobre ele, decidiu efetuar o pagamento do tributo devido, acrescido dos juros de mora sobre ele incidentes.

Para que essa denúncia esteja revestida de espontaneidade, ela deverá ser feita antes

- a) do julgamento de impugnação apresentada contra o lançamento de ofício da penalidade pecuniária.
- b) da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal à qual a infração está vinculada.
- c) do transcurso do prazo decadencial.
- d) de o fisco dar início a qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

Questão 10

Sobre obrigação tributária, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Se um negócio for considerado juridicamente inválido, e se tal negócio configurar a ocorrência do fato gerador de um tributo, tal invalidez não afetará a validade tributária do negócio, devendo-se considerar, assim, ocorrido o fato gerador.
- b) Diante da ocorrência de um fato gerador previsto na lei, surge a obrigação principal, ou seja, a obrigação de pagar.
- c) Mesmo diante de sua inobservância, a obrigação tributária acessória mantém a sua natureza jurídica, deixando de se converter em obrigação principal inclusive em relação às penalidades pecuniárias.
- d) O sujeito passivo da obrigação principal diz se responsável quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.

Questão 11

NÃO é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário

- a) o parcelamento.
- b) o recurso administrativo.
- c) a compensação.
- d) a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Questão 12

No que se refere a fato gerador e obrigação tributária, assinale a opção correta.

- a) Fato gerador é a situação prevista em lei e cuja ocorrência faça surgir o crédito tributário
- b) A transmissão de bem imóvel, por ato oneroso, configura fato gerador do ITBI, iniciando-se nesse momento a contagem do prazo prescricional da obrigação.
- c) A obrigação tributária origina-se com o lançamento
- d) A obtenção de renda decorrente de negócio, ainda que ilícito, constitui fato gerador do imposto sobre a renda.

Disciplina: Direito Processual Penal II Profª: Ilídia Aparecida Silva
--

Questão 13

Jurema foi denunciada pela prática do crime de bigamia. Ocorre que existe ação em curso no juízo cível onde se discute a validade do primeiro casamento celebrado pela denunciada. Entendendo o magistrado penal que a existência da infração penal depende da solução da controvérsia no juízo cível e que esta é séria e fundada, estaremos diante de

- a) prejudicial obrigatória, o que levará à suspensão do processo criminal e do prazo prescricional.
- b) prejudicial facultativa, podendo o magistrado suspender o processo por, no máximo, 06 meses.
- c) prejudicial obrigatória, o que levará à suspensão do processo criminal, mas não do curso do prazo prescricional.
- d) prejudicial facultativa, podendo o magistrado suspender o processo por, no máximo, 01 ano.

Questão 14

Romualdo figura como indiciado em inquérito policial que investiga a prática de um crime de estupro de vulnerável. Já no curso das investigações, Romualdo apresenta sinais de que poderia ser portador de doença mental. Concluídas as investigações, é oferecida denúncia contra o indiciado. Durante a audiência, o advogado de Romualdo requer a instauração de incidente de insanidade mental, sendo o pleito indeferido pelo magistrado, que considerou o ato protelatório.

Sobre o tema incidente de insanidade mental, é correto afirmar que

- a) se o perito concluir que o acusado era inimputável ao tempo da infração, o processo prosseguirá, mas se a insanidade surgiu após o ato criminoso imputado, o processo ficará suspenso.
- b) da decisão do magistrado que indeferiu a instauração do incidente caberá recurso em sentido estrito.
- c) diante da suspeita da autoridade policial, poderia ela mesmo ter instaurado incidente de insanidade mental.
- d) o incidente de insanidade mental é processado em autos em apartado e não gera, de imediato, qualquer suspensão do processo.

Questão 15

Natalia foi presa em flagrante e denunciada pela prática de um crime de falsificação de documento público. Na ocasião da prisão, foi apreendida uma mochila que estava dentro do veículo de Natalia, sendo que em seu interior existiam algumas joias. Diante da natureza do crime apurado, não existe mais interesse na mochila apreendida com as joias para o desenrolar do processo. Helena, colega de trabalho de Natalia, requer a restituição desses bens, alegando ser proprietária.

Existe, porém, dúvida quanto ao direito da reclamante. Considerando as informações narradas na hipótese, é correto afirmar que

- a) a restituição poderá ser ordenada pela autoridade policial ou pelo juiz, sempre ouvido o Ministério Público.
- b) o pedido de restituição não deverá ser autuado em autos em apartado.

- c) havendo dúvida sobre o verdadeiro dono, não superada no incidente, o juiz remeterá as partes para o juízo cível, ordenando o depósito das coisas.
- d) não caberá produção de provas no incidente de restituição.

Questão 16

No que se refere às questões prejudiciais e aos processos incidentes, assinale a opção correta.

- a) As exceções dilatórias e peremptórias objetivam estancar definitivamente o curso da ação penal, pondo fim à relação jurídica processual, por faltar alguma condição da ação ou pressuposto processual.
- b) A decisão acerca da interdição do réu, ainda que prolatada pelo juízo cível competente, por tratar de questão que envolve o estado civil da pessoa, faz coisa julgada na esfera criminal e obsta a instauração do incidente de insanidade mental no juízo criminal, por ser matéria que não pode mais ser discutida nessa esfera.
- c) A exceção da verdade no crime de calúnia é questão prejudicial homogênea, própria ou perfeita.
- d) Na apuração do crime de peculato, o ajuizamento de ação de improbidade pelos mesmos fatos constitui questão prejudicial heterogênea, o que impõe ao juízo criminal a suspensão do processo.

Questão 17

Acerca do incidente de insanidade no Código de Processo Penal, considere as afirmativas a seguir.

- I.** É inadmissível o exame de sanidade mental antes de iniciar a ação penal, conforme o § 1º do Art. 149 do Código de Processo Penal.
- II.** Mesmo que o resultado do exame de insanidade comprove a inimputabilidade do denunciado, o representante do Ministério Público, autor da denúncia, estará impedido de requerer a sua absolvição ou a aplicação de medida de segurança.
- III.** O juiz nomeará curador ao acusado, quando determinar o exame, ficando suspensa a ação penal já iniciada, salvo quanto às diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento.
- IV.** Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, do descendente, do irmão ou do cônjuge que o acusado seja submetido a exame médico-legal.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.

Disciplina: Direito Processual Civil IV

Profª: Laurinéia Borges S. Souza

Questão 18

Sobre os elementos da sentença assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O CPC exige que a sentença seja composta por três partes bem diferenciadas: relatório, motivação e dispositivo.
- b) O relatório é a parte inicial da sentença, na qual o juiz de forma resumida, descreve o que se passou no processo desde o princípio.
- c) Os motivos (motivação) são apenas os fundamentos de direito sob os quais o juiz apoiara sua decisão.
- d) A falta de fundamentação é causa de nulidade da sentença.

Questão 19

Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.

O texto acima diz respeito

- a) Sentença de improcedência de plano
- b) Sentença terminativa do feito
- c) Sentença extra petita
- d) Sentença infra petita

Questão 20

Sobre os recursos, assinale a alternativa *incorreta*:

- a) Os recursos são interpostos na mesma relação processual.
- b) Os recursos têm por finalidade modificar, invalidar, esclarecer ou complementar a decisão.
- c) A interposição de recurso impede ou retarda a preclusão ou a coisa julgada.
- d) Como regra geral é possível inovar nos recursos.

Questão 21

A ----- ocorre quando a sentença judicial se torna irrecorrível, ou seja, não admite mais a interposição de qualquer recurso. Tem como objetivo dar segurança jurídica às decisões judiciais e evitar que os conflitos se perpetuem no tempo. A ----- ocorre quando a sentença não pode ser alterada dentro do mesmo processo. Neste caso a parte pode entrar com uma nova ação.

O texto acima diz respeito

- a) Coisa julgada material
- b) Coisa julgada formal
- c) Sentença de improcedência de plano
- d) Sentença terminativa do feito

Disciplina: Responsabilidade Civil

Prof: Ronaldo Carvalho

Questão 22

Lucas, menor de idade, filho de Mara e Júlio, praticou ato ilícito que culminou na morte de Pablo. Após tomar conhecimento do evento, Joana, mãe da vítima, ajuizou ação compensatória de danos morais contra Mara e Júlio, em decorrência da conduta praticada por seu filho. Durante a instrução processual, Júlio demonstrou que não mantinha mais vínculo matrimonial com Mara e que o menor estava coabitando com a mãe e sob a guarda desta. Comprovou, também, que Lucas não estava em sua companhia no momento da prática do ilícito e que, dias antes, Mara havia comprado uma arma, de forma irregular, que fora usada no cometimento do crime. Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da legislação aplicável ao caso, do entendimento doutrinário sobre o tema e da jurisprudência do STJ.

- a) A responsabilidade de Lucas é objetiva, assim como a de seus pais, Mara e Júlio.
- b) O pleito de Joana deve ser julgado improcedente em relação a Júlio, pois o contexto fático demonstrou situação que exclui sua responsabilidade.
- c) O limite humanitário da indenização, aplicável a Lucas, não é extensivo a seus pais, devido ao princípio da reparação integral do dano.
- d) Há presunção absoluta do dever de vigilância dos pais em relação ao filho Lucas, decorrente do poder familiar.

Questão 23

Diante de chuva forte e inesperada, Márcio constatou a inundação parcial da residência de sua vizinha Bianca, fato este que o levou a contratar serviços de chaveiro, bombeamento d'água e vigilância, de modo a evitar maiores prejuízos materiais até a chegada de Bianca.

Utilizando-se do quadro fático fornecido pelo enunciado, assinale a afirmativa correta.

- A) A falta de autorização expressa de Bianca a Márcio para a prática dos atos de preservação dos bens autoriza aquela a exigir reparação civil deste.
- B) Bianca não estará obrigada a adimplir os serviços contratados por Márcio, cabendo a este a quitação dos contratados.
- C) Se Márcio se fizer substituir por terceiro até a chegada de Bianca, promoverá a cessação de sua responsabilidade transferindo-a ao terceiro substituto.
- D) Os atos de solidariedade e espontaneidade de Márcio na proteção dos bens de Bianca são capazes de gerar a responsabilidade desta em reembolsar as despesas necessárias efetivadas, acrescidas de juros legais.

Questão 24

João, José, Paulo, Pedro e Luiz foram processados criminalmente, acusados da prática de crimes e, afinal, foram absolvidos. As sentenças absolutórias transitaram em julgado, tendo ficado decidido no juízo criminal, nos respectivos processos, que inexistiu o fato imputado a João; que José não foi o autor do delito; que não havia prova da culpa atribuída a Paulo; que não havia prova da autoria do delito atribuída a Pedro; que a prova é contraditória quanto ao fato imputado a Luiz. A responsabilidade civil é independente da criminal, mas, não se poderá questionar mais no juízo cível a responsabilidade civil apenas de:

- A) Paulo, Pedro e Luiz.
- B) Paulo e Pedro.
- C) João, José e Luiz.
- D) João e José.

Questão 25

Supondo-se que um grande navio com cargas explodiu em um porto brasileiro, despejando milhões de litros de óleo e metanol que causou a degradação do meio ambiente marinho, inviabilizando a pesca pelos moradores próximos ao local, pois o Poder Público estabeleceu uma proibição temporária da pesca em razão da poluição ambiental. Em razão disso, os pescadores prejudicados ingressaram com ação judicial, calcado em responsabilidade civil.

De acordo com a jurisprudência dominante do STJ, assinale a alternativa correta.

- a) Os proprietários do navio e as empresas adquirentes das cargas transportadas pelo navio que explodiu respondem solidariamente pelos danos morais e materiais suportados pelos pescadores prejudicados.
- b) Para demonstração da legitimidade para vindicar indenização por dano ambiental que resultou na redução da pesca na área atingida, basta que o autor tenha o registro de pescador profissional.
- c) A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexó de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, sendo descabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar.
- d) É devida a indenização por lucros cessantes ainda que o período de proibição da pesca em razão do acidente ambiental coincida com o período defeso, em que por lei seja vedada a atividade pesqueira.

Disciplina: Direito Individual do Trabalho
Prof: Christiano Francisco da Silva Vitagliano

Questão 26

Há uma seara do Direito do Trabalho que estuda a igualdade entre os sindicatos, a greve e a negociação coletiva:

Quanto a o enunciado está se tratando do:

- a) Direito social
- b) Direito corporativo
- c) Direito Industrial
- d) Direito Coletivo do Trabalho

Questão 27

Há dentro da divisão de direito do trabalho um estudo que se dedica ao estudo do Direito Instrumental no qual vigora o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, o estudo do Poder Normativo.

Quanto a divisão da matéria direito do trabalho assinale a alternativa pertinente e mais específica :

- a) Trata-se de Direito Internacional do Trabalho
- b) Trata-se de Direito Penal do Trabalho
- c) Trata-se de Direito Coletivo do Trabalho
- d) Trata-se do Direito Processual do Trabalho

Questão 28

São movimentos que influenciam diretamente o surgimento ou a modificação das leis: fatores ou acontecimentos sociais, políticos, econômicos e filosóficos que inspiram o Poder Legiferante na elaboração das leis.

Neste contexto assinale a correta:

- a) Tratam-se de fonte material e formal
- b) Trata-se de fonte formal
- c) Trata-se de fonte material
- d) Trata-se de fonte mista

Questão 29

São fontes que surgem em decorrência da participação direta dos agentes sociais, como por exemplo, os instrumentos coletivos e os costumes.

Assinale a alternativa correta

- a) Trata-se de fonte formal autônoma
- b) Tratam-se de fonte material e formal
- c) Trata-se de fonte material
- d) Trata-se de fonte formal heterônoma

Questão 30

Há em matéria juslaboral acordo entre sindicato profissional e empresa.

Quanto à afirmativa acima assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de espécies de fonte material.
- b) Trata-se de acordo coletivo.
- c) São fontes formais heterônomas
- d) Trata-se de convenção coletiva

Questão 31

Assinale a alternativa correta quanto à matéria fonte:

- a) No caso de hierarquia das fontes formais heterônomas sempre em havendo conflito, prevalece a norma mais favorável ao trabalhador.
- b) Na hipótese de conflito entre acordo coletivo e convenção coletiva se o princípio da generalidade.
- c) Predomina em nosso ordenamento jurídico a teoria do conglobamento mitigado para os conflitos entre leis domésticas (internas).
- d) No caso de rodízio de prestação de serviços de brasileiro contratado no Brasil para prestar serviço em vários países do exterior, prevalece o entendimento doutrinário de que será aplicada a legislação do país em que se situa a matriz da empresa a que está subordinado o empregado, e na falta desse parâmetro, lei do país onde está situada a sede da empresa.